



Anais da Assembléia

Nº 81

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1983

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Márcio Almeida e Tadeu França.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes. (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Ervin Bonkoski. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de "quorum".

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

23 Srs. Deputados responderam a chamada. — Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem nº 82/83

Curitiba, 1º de julho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de cooperação e compromisso celebrado em 08 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Centenário do Sul, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICAHA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A liderança do PMDB indica para compor a Comissão de Enchentes, os seguintes srs. deputados:

ANIBAL KHURY

SÉRGIO SPADA

ANTÔNIO ANIBELLI

FERRARI JÚNIOR

ACYR MEZADRI

SABINO CAMPOS

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI — líder do PMDB

Proposição:

PROPOSIÇÃO

Senhor Presidente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, após ouvido o Plenário, antecipará para a noite de quinta-feira, as sessões ordinárias que deveriam ocorrer às sextas-feiras pela manhã.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

Apoiamento: Amélia Hruschka, Sabino Campos, Tuguio Setogutte, Donato Gulin, Eduardo Baggio, Werner Wanderer, Ezequias Losso, Edgard Pimentel, Jorge Maia Filho, Ivan Gubert, Odeni Mongruel, Nelson Vasconcellos, Nelson Buffara, Sérgio Spada, Orlando Pessuti, Gabriel Sampaio, Djalma de Almeida Cesar, Tércio Albuquerque, Artagão de Mattos Leão, Paulo Furiatti, Tadeu Lúcio Machado, Roberto Requião, Nilso Sguarezi, Anibal Khury, Hermas Brandão e duas assinaturas ilegíveis.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER regime de urgência para a mensagem governamental nº 64/83, que trata de autorização governamental para ceder imóvel à UPE.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM o arquivamento da CPI da Saúde e que os documentos requeridos pela mesma à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social sejam remetidos ao Presidente da CPI da Corrupção.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(aa) Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, José Antônio

Fonseca, Edmar Luiz Costa, Roberto Requião,

Tadeu Lúcio Machado, Fiori Luiz, Nilso Sguarezi,

Orlando Pessuti, Rubens Bueno, Artagão de Mattos Leão,

Paulo Furiatti, Antônio Anibelli, Eduardo Baggio,

Adhail Sfrenger Passos, Gernote Kirinus, Djalma de Almeida Cesar,

Osvaldo Alencar Furtado, Nestor Baptista, Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A Comissão Parlamentar de Inquérito que objetiva apurar

denúncias de corrupção no governo anterior foi concebida com o objetivo de apurar possíveis casos de irregularidades e corrupção em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo.

Entre os itens alinhados para investigação pela CPI da Corrupção figuram vários pontos que motivaram a solicitação da criação da CPI da Saúde.

Como o campo de abrangência da CPI da Corrupção envolve todos os setores do Poder Executivo, solicitamos o arquivamento da CPI da Saúde com vistas a racionalizar o dispêndio de recursos e, sobretudo, evitar a duplicidade de atuação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos que a este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Regimento Interno desta Casa, REQUER ao Excelentíssimo Senhor Trajano Bastos, Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, ouvindo o Plenário, o encaminhamento de solicitação ao Ilustríssimo Senhor Doutor Eugênio Stefanello, mui Digno agente da comissão de financiamento da produção, em Curitiba, no sentido de vender três mil sacas de feijão à Cafe do Paraná, Departamento de Umuarama, para que esta prepare os grãos para o plantio e coleque-os às mãos dos produtores da região de Umuarama, no menor prazo possível, visto que os produtores sentem absoluta falta de sementes na área, exatamente neste período propício ao plantio de feijão. Esta providência se impõe, a tempo, para garantir boa germinação, boa qualidade e safras significativas de feijão, cujo produto há de ser abundante e ao alcance dos consumidores.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel, no sentido de proceder revisão técnica na rede de iluminação pública e domiciliar, no Jardim Santos Dumont, em São José dos Pinhais, tendo em vista constantes oscilações de voltagem e queda de energia elétrica, o que acarreta diversos problemas aos seus usuários.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja enviada cópia da mesma ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar ao órgão competente dessa Secretaria, que proceda os estudos necessários visando a transferência da Delegacia Regional de Polícia de São José dos Pinhais, para local mais central, sugerindo-se, inclusive, as instalações da antiga rodoviária municipal, localizada na Praça Xavier da Silva, e, considerando esta possibilidade, estudar-se a viabilidade de ser efetuada utilização múltipla do edifício atual da Delegacia, tais como: posto do INAMPS e do INPS, posto de saúde, agência postal, telefone público, posto policial, além de outros, considerando que essa medida trará benefícios significativos à população dos bairros circunstantes, formado por trabalhadores em geral, devendo-se, para tanto, proceder amplo entendimento com diversos órgãos envolvidos, especialmente com a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja enviado cópia ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de

São José dos Pinhais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que, com a urgência devida, implantar uma ronda noturna no Jardim Santos Dumont e bairros circunvizinhos, localizados em São José dos Pinhais a fim de proporcionar aos moradores da região, um grau de segurança compatível, principalmente durante o período noturno, quando retornam das atividades profissionais e escolares.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja enviada cópia da mesma ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado do Interior, através da Surehma, no sentido de verificar o grau de poluição dos córregos situados no Jardim Santos Dumont, em São José dos Pinhais, provocado por despejos sanitários e entulhos, de modo que possam ser tomadas medidas necessárias pela própria comunidade com a devida orientação dos órgãos do Estado e município responsáveis.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja oficiada cópia da mesma ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado da Educação, no sentido de repassar recursos ao município de São José dos Pinhais, através da Fundepar, com o fim específico de proceder reparos e melhorias nas instalações da Escola "Genoveva de Brito", localizada no Jardim Santos Dumont, agravada sobremaneira pelo acentuado período de chuvas ocorridos recentemente.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja enviado cópia da mesma ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, Digníssimo Secretário da Segurança Pública, solicitando uma viatura e um terminal telefônico para a subdelegacia de polícia do Distrito de Santa Tereza, no município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Estando aquele distrito em pleno desenvolvimento, cresce proporcionalmente sua população, exigindo do Estado melhores condições de segurança que somente poderá ser proporcionada

se atendidas algumas reivindicações do titular daquela subdelegacia, que assumindo o cargo no último mês, sentiu a necessidade de uma viatura e um terminal telefônico para dar um bom atendimento àquela comunidade.

Estamos certos de que esta justa reivindicação será objeto de estudo por essa Pasta, e que no mais breve possível aquela população receberá mais estes benefícios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação solicitando a instalação da habilitação em Magistério na Escola Benedito João Cordeiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A escola em tela atende atualmente uma clientela de mais de 1.500 alunos, ficando a mesma numa região populosa e carente de recursos, pois, em sua orla estão as casas do BNH de pessoas com baixa renda. Hoje as opções oferecidas aos que procuram a referida escola são mínimas, e o interesse é dar aos mesmos uma condição melhor para sua vida num futuro breve.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que esta Casa envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, encarecendo da necessidade de urgente criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento para nosso Estado, conforme o projeto de lei já encaminhado a Sua Excelência, a 20 de outubro de 1981, pelo Tribunal Superior do Trabalho, e cuja remessa ao Congresso Nacional ainda não ocorreu.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A criação de novos órgãos de primeira instância da Justiça do Trabalho, no Paraná, é uma inadiável providência diante do crescente congestionamento de processos trabalhistas, de há muito reclamada pelas entidades representativas dos empregados e dos empregadores, da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Tão premente é essa necessidade, que a própria Justiça do Trabalho, através do ex-presidente, ministro Raymundo de Souza Moura, elaborou projeto de lei criando 376 juntas de Conciliação e Julgamento no País, dentre as quais, 19 (dezenove) no Estado do Paraná. A proposta foi encaminhada a 20 de outubro de 1981 ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e, após trâmites legais, encontra-se, segundo informações obtidas, na Casa Civil da presidência da República, para ser enviada ao Congresso Nacional.

Pelo citado projeto de lei, a região Oeste do Estado que, temos a honra de representar nesta Casa, contaria com duas Juntas de Conciliação e Julgamento: uma em Cascavel, compreendendo o próprio município-sede e mais os de Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Guaraniaçu, Marechal Cândido Rondon, Quedas do Iguaçu e Toledo; outra sediada em Foz do Iguaçu, abrangendo também, Matelândia, Medianeira, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio do expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado

dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando a construção de estrada perimetral em São Pedro do Ivaí, interligando a PR-457 e estrada Marisa (PR-546, que liga São Pedro do Ivaí a Itambé) na altura da Destilaria Vale do Ivaí, numa extensão de dois km., conforme croquis e demonstrativos em anexo ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo a ser atingido com a construção dessa perimetral é, desviando do centro de São Pedro do Ivaí, dar uma maior vazão ao fluxo de veículos decorrentes do transporte da matéria-prima e escoamento da produção da Destilaria Vale do Ivaí S/A, além de evitar prejuízos ao sistema viário da referida cidade.

No momento, todos esses transportes têm sido realizados através da cidade, ocasionando-lhes encarecimento e morosidade, além de trazer prejuízos para o sistema viário da referida cidade.

Tal fluxo ocorre em função do transporte dos trabalhadores da destilaria, da cana, do álcool produzido e da vinhaça. No setor agrícola, há 675 trabalhadores; no industrial, 200, totalizando 875 trabalhadores. Dessa forma, há um total de 50 viagens por dia para o seu transporte. No transporte da produção diária do álcool, 93.750 litros, há 14 viagens diárias. Para o transporte da vinhaça, há 14 viagens diárias. Dessa forma, há um total de 1.144 viagens efetivadas por veículos de porte grande, todos eles usando das ruas centrais da cidade.

Em função do exposto, é premente o desvio de todas essas viagens, facilitando o seu fluxo e não trazendo prejuízos ao sistema viário de São Pedro do Ivaí.

Por outro lado, a Destilaria Vale do Ivaí tem grande importância na economia da região. Sua implantação propiciou a criação de 1.200 empregos e a arrecadação de Cr\$... 482.700.000,00 em ICM, benefícios provenientes da produção de 30.000.000 litros de álcool.

O atendimento a esta reivindicação virá em benefício de toda aquela região, além de vir de encontro aos anseios daquela municipalidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, de apelo no sentido de que as concessionárias dos serviços públicos estaduais, dispensem o pagamento de taxas ou tarifas pelo fornecimento de água e energia elétrica às entidades que atendem o menor abandonado e a velhice desvalida.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Na difícil conjuntura que atravessamos, é dever do Estado, prestar todo apoio às instituições que cuidam de graves problemas sociais, como os do menor abandonado e da velhice desamparada. Assoberbadas por sérias adversidades decorrentes do alto custo de vida e dependendo de escassos recursos financeiros, inúmeras entidades assistenciais chegam a dramáticas situações, quase ao colapso. A questão do menor abandonado representa a pedra angular de toda tensão social que o País enfrenta, face aos enormes contingentes de marginais que vão se formando, intranquilizando a sociedade e superlotando as casas de correção e, posteriormente, as penitenciárias.

Na mesma prioridade, encontram-se aquelas organizações voltadas ao amparo às pessoas idosas e sem recursos. Acharmos que o Estado, isentando o pagamento de energia elétrica e água a tais entidades, não estará senão cumprindo um inestimável serviço e um inalienável dever constitucional para minorar as

aguras que tais instituições hoje atravessam.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Requer seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que programem a realização de Concurso Público para ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério Estadual, a nível de 1.º e 2.º graus, no decorrer do primeiro semestre letivo de 1984, seguindo-se rigorosamente um compromisso de inscrição, seleção e docência, ao menos durante o período de estágio probatório, na área municipal em que reside o candidato, ficando vedada qualquer participação em concurso por Inspeção Auxiliar de Ensino, que não a de origem do candidato.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que promovam concurso público de ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério Estadual paranaense, após levantamento global de vagas existentes, e seguindo-se o critério de inscrição válida unicamente pela Inspeção Auxiliar de Ensino sob cuja jurisdição esteja residindo o candidato que, no ato de inscrição, firmaria compromisso no sentido de que, uma vez classificado, viria a lecionar obrigatoriamente, ao menos durante o período de estágio probatório, no município onde comprove estar residindo e que deve ser o mesmo por onde se inscreveu.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

O professor mais importante para o município é exatamente aquele que faz parte da comunidade municipal e que, portanto, está engajado nos interesses e vivência do meio social em que está radicado. Os concursos públicos de ingresso ao Quadro Próprio do Magistério feitos até o presente têm pecado pela incoerência. Falhas existiram de início quanto à oferta de vagas, pois, a prática da camuflagem foi uma constante, situação esta que forçou inúmeros candidatos a se inscreverem para concurso por regiões para eles desconhecidas e distantes. Na etapa seguinte, ao término do concurso, iniciava-se o Drama do Retorno às cidades de origem dos candidatos, fazendo-se valer toda sorte de recursos para tanto. Além desta anomalia, não cessavam as incoerências. No último concurso público, realizado para o preenchimento de vagas do Quadro Próprio do Magistério Estadual, o de 1979, os candidatos aprovados foram convocados para nomeação segundo critério desiguais. Numa região valia a melhor nota obtida a nível global de Estado; em outra, a melhor nota segundo as áreas regionais, configurando-se tudo em verdadeira balbúrdia, convertendo-se o processo em caos absoluto que denegriu o ângulo de seriedade com que deveria ter sido tratada a formação do Quadro Próprio do Magistério Público do Paraná. É por isso que se faz urgente a instituição de nova sistemática de promoção de concurso público aos professores paranaenses.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 105/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "União Paranaense dos Estudantes" UPE, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

Apoio: Sérgio Spada, Paulo Furiatti, Fiori Luiz, Osvaldo Alencar Furtado, Artagão Mattos Leão, Roberto Requião, Adhail Sprenger Passos, Nelson Vasconcellos, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Rubens Bueno, Anibal Khury, Djalma de Almeida Cesar e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA.

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem-se destacando junto à comunidade de nosso Estado em defesa dos interesses dos estudantes universitários brasileiros, em particular os paranaenses sem distinção de sexo, raça, cor, religião e posição ideológica e social.

As suas atividades, conforme o relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação estadual, pertinentes à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 106/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Santa Fé.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

A APMI de Santa Fé é uma entidade como as demais, similares em nosso Estado, que tem por finalidade viabilizar a assistência social voltada à proteção à maternidade e à infância paranaenses.

No município de Santa Fé, desde o ano de 1962 essa entidade vem, de acordo com as suas normas estatutárias, prestando relevantes e inestimáveis serviços à população, o que já lhe granjeou a declaração de utilidade pública municipal, conforma a Lei nº 396, de 30/06/77.

A documentação que anexamos comprovam os requisitos essenciais para que a mesma possa ser declarada de utilidade pública no âmbito estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares, através do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos. Ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Comemora-se amanhã, dia 05 de agosto, o Dia Nacional da Saúde e, como Presidente da Comissão de Saúde Pública desta Casa de Leis, não poderíamos nos furtar a tecer algumas considerações sobre a realidade - dura realidade - das condições de vida da maior parte dos habitantes do planeta e dos brasileiros em particular.

Segundo declarações do diretor geral da Unicep (Fundo das Nações Unidas para a Infância), por falta de comida e de serviços de saúde, morre, no Terceiro Mundo, uma criança a cada dois segundos. É um dado estarrecedor para um planeta que se proclama civilizado!

Não menos dolorosa é a revelação da Organização Mundial da Saúde, de que de cada 3 habitantes da terra, apenas um tem

acesso a uma assistência médica digna do nome; assim, para dois terços da humanidade a doença é mais do que uma fatalidade, é uma certeza.

E no Brasil, o quadro seria muito diferente? Infelizmente parece que não.

Em nosso País, dados recentes do Ministério da Previdência e Assistência Social revelam que o Brasil tem hoje mais de 12 milhões de desnutridos, contadas aqui somente crianças com idade de até seis anos. Este é o retrato de um País que está literalmente assassinando o seu próprio futuro. E é uma vergonha saber-se que o Brasil ocupa lugar de destaque no rol dos que estão traindo e massacrando a sua infância.

Estas abordagens não são apenas críticas oposicionistas. Prova de que é dramática a questão da saúde em nosso País, está na revelação do ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, brigadeiro Waldir Vasconcelos, que sustentou que nada menos do que a metade dos 1,5 milhões de rapazes que a cada ano se inscrevem para prestar o serviço militar, é recusada por problemas ligados à desnutrição. Perto de trinta por cento desses rapazes, ainda segundo o ministro, cerca de 225 mil, são incapazes definitivamente e a Nação vai ter que levar este peso nas costas.

Aqui em nosso Estado, hoje, nova mentalidade está se implantando no setor de atendimento social. O plano conjunto das autoridades estaduais já está elaborado e seu detalhamento será em breve por nós enfocado desta tribuna.

Senhor Presidente, senhores Deputados. Em nome da saúde dos brasileiros, urge redimensionar o modelo econômico do País.

A qualidade de vida do nosso povo vem caindo ainda mais nos últimos tempos. A situação é precária em nosso território, quer em termos relativos, quer absolutos, quando comparada com países equivalentes em Produto Nacional Bruto "per capita".

Nestas condições, cai por terra o mito de que é preciso esperar o bolo crescer para depois distribuí-lo, já que países com economia e renda "per capita" menores que a do Brasil garantem às suas populações condições sociais bem melhores. Então, conclui-se que, longe de ser uma fatalidade, a gravidade e a dimensão do problema social no Brasil é fruto do descaso, da inércia e da passividade da classe dirigente deste País, em particular do atual partido no governo federal que, mesmo com o presente quadro, envida esforços para aprovar um decreto-lei que reduz os salários dos brasileiros de baixa renda.

Na presente conjuntura, com a inflação em disparada, com os remédios - como já denunciemos desta tribuna - tendo astronômicas remarcações autorizadas, o governo central apressa-se em diminuir ainda mais o poder de compra dos trabalhadores.

Senhor Presidente, senhores deputados. A deterioração das condições globais de vida e de saúde dos brasileiros, é um fato incontestável.

Portanto, na data em que se comemora o Dia Nacional da Saúde, só nos resta denunciar a situação presente e esperar que, no futuro - bem próximo, espero - com o PMDB, isto é, com o povo realmente no poder, novas diretrizes sejam colocadas em ação e o brasileiro possa comemorar o 5 de agosto, Dia Nacional da Saúde, como merece, isto é, com bastante saúde!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu Bento França.

O SR. TADEU BENTO FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Enquanto aqui estamos em frente a esta Casa em manifestação pacífica, inúmeros desempregados se organizam e recla-

mam por dias melhores, por direito ao trabalho, a remuneração à sobrevivência, enfim. Este fato que ocorre agora, demonstra claramente a falência completa de um sistema que nem mais precisa ser criticado, que nem mais precisa ser combatido porque está caindo de podre, repaldado em sua estrutura de endeusamento do lucro, de ampliar sem barreiras o latifúndio, de negar a mão-de-obra a quem precisa de trabalho.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós devemos juntos fazer coro contra medidas a exemplo daquela do governo federal que corta o índice de produtividade de quem trabalha nesta País.

É inadmissível assistirmos e ouvirmos e testemunharmos trabalhadores dos conjuntos habitacionais propondo retirada de suas casas porque não conseguem pagar uma prestação acima de qualquer índice de aumento salarial. É a estrutura da incoerência ditada pelo governo federal que ao instituir o BNH criou um organismo que se enriqueceu manipulando o Fundo de Garantia do trabalhador brasileiro. E hoje, este mesmo BNH atira-se contra o trabalhador de cujo serviço se utilizou para construir o seu vasto império. Um aumento acima do INPC, um aumento acima, muito acima dos índices de aumento do salário do trabalhador, merecem sim, a nossa mais intensa, a nossa mais solidária repulsa e entendemos que há uma saída apenas, é uma ampla solidariedade.

É uma indecência e nós não podemos admitir a saída do homem da casa popular porque não pode mais pagá-la, vítima de uma estrutura incoerente. Hoje nós temos novo tipo de retirante. Antes eram os homens que vinham fugir da seca; hoje, são os milhares de trabalhadores, os novos retirantes das casas populares do BNH, que a mercê de uma estrutura inícuca arremessa-se furiosamente contra aquele que ajudou a construir, até mesmo esse modelo opressor que aí está.

Não nos interessam consensos. Nós queremos sim, é prosseguir na marcha pela democracia, na marcha pelas eleições diretas, no direito ao trabalhador em devolver a terra para os brasileiros, em fazer com que o nosso País não se perpetue na condição de terra alienígena e manipulada por capital estrangeiro.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós acreditamos que a única saída é esta nova ordem tão necessária, porque o que aí existe é sinônimo da falência mais crassa, mais abjeta, mais podre, porque é um verdadeiro atentado contra o direito de quem trabalha.

É por isso, srs. deputados, que o que nós hoje mais assistimos é o brasileiro filho desta terra que pede trabalho, que quer o pão, que quer o direito à vida, que há muito tempo foi expulso da terra e foi se avolumando nas periferias, que produz as riquezas do Brasil, mas que não participa nunca das riquezas que ele produziu.

É por esta razão, por entender que não há clima de paz para o homem que assiste em sua casa a falta do pão de cada dia para os seus filhos, que inquieta profundamente a sistemática, o horripilante crescimento sem fim dos exércitos de homens a quem se nega o trabalho, que nós dizemos: "é hora de nos darmos as mãos por um Brasil melhor".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos na tarde de hoje dando entrada na Mesa da Assembléia, de um requerimento pedindo o arquivamento da CPI da Saúde, bem como o envio dos documentos por ela requeridos e recebidos, para que a recém instalada CPI da corrupção faça o uso devido.

A justificativa, pela qual a bancada do PMDB, por nossa iniciativa decidiu apoiar esta medida, é a seguinte: (Lê):

"A Comissão Parlamentar de Inquérito que objetiva

apurar denúncias de corrupção no governo anterior foi concebida com o objetivo de apurar possíveis casos de irregularidade e corrupção em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo. Entre os itens alinhados para investigação pela CPI da Corrupção figuram vários pontos que motivaram a solicitação prévia para criação da CPI da Saúde. Como o campo de abrangência da CPI da corrupção envolve todos os setores do Poder Executivo, solicitamos o arquivamento da CPI da Saúde com vistas a racionalizar o dispêndio de recursos e, sobretudo, evitar a duplicidade de atuação.

Além desse requerimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos encaminhando à Mesa da Assembléia Legislativa, na tarde de hoje, o projeto de lei que declara de utilidade pública a União Paranaense dos Estudantes — UPE. Essa entidade, que se pretende ser declarada de entidade pública, vem se destacando junto à comunidade do nosso Estado em defesa dos estudantes universitários paranaenses e brasileiros, sem distinção de sexo, raça, cor, religião, posição ideológica ou social.

As suas atividades, conforme o relatório apenso, comprovam a sua efetiva notada atividade em prol das finalidades estatutárias. A União Paranaense dos Estudantes, com sede em Curitiba, e subseções em seis regionais do Estado, foi fundada em setembro de 1939. Seus objetivos, como entidade máxima de representação e coordenação dos corpos discentes dos estabelecimentos do ensino superior do Paraná, são de manter a união dos estudantes em todas as soluções dos seus problemas, cumprindo a obrigação assim assumida na constituição da UNE e nos congressos nacionais e estaduais.

Atualmente a UPE desenvolve extensa atividade no conjunto da comunidade universitária paranaense, além de ter um representante pela primeira vez depois de muitos anos no Conselho Estadual de Educação. Recentemente, no final do primeiro semestre de 83, esta entidade — a União Paranaense dos Estudantes — encaminhou ao governo do Paraná propostas para reformulação do ensino superior no nosso Estado, que comprovam mais uma vez o interesse de que a entidade cumpra com seu papel representativo e de formulação de uma nova política educacional no Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de leis. Esse segundo instrumento que encaminhamos hoje à Mesa da Assembléia, senhor presidente, senhores deputados, tem sobretudo o objetivo de legalizar por vez a atuação democrática de uma parcela da população brasileira constituída pelos estudantes que, da mesma forma com que os paranaenses que hoje participam da reunião da Assembléia Legislativa nesta tarde reivindicando o direito de posse da terra, reivindicando melhores condições de vida, de moradia, e que os estudantes, juntamente com essas demais parcelas da população — trabalhadores e desempregados — tenham por fim, a sua entidade — a UPE — reconhecida como entidade pública, e com isso, possa prosseguir seu trabalho de representação da sua categoria."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Senhor presidente, senhores deputados. O nobre líder do Partido Democrático Social, deputado Luiz Alberto Oliveira, foi aos jornais, onde teceu alguns comentários maldosos, em cuja arte pontifica com extrema desenvoltura com relação a algumas medidas administrativas tomadas pelo secretário da Agricultura, Klaus Germer. Referia-se o deputado em questão, como ele fosse um PHD da maledicência, concursos de especialização na Souborne. As transferências de funcionários da Secretaria da Agricultura, que foram remanejados pelos atuais administradores dentro de um espírito de renovação dos quadros técnicos e, sobretudo, com objetivo de possibilitar também a outros servidores públi-

cos a evolução na sua carreira.

Temos visto o nobre líder do PDS desta Casa usando de meias verdades para justificar a sua posição de minoritário, mas não temos visto o nobre líder do PDS tratar das coisas importantes que se desenvolvem neste Estado e neste País. Temos visto o nobre líder do PDS desta Casa reclamar por atitudes administrativas, em que foram deslocados ou demitidos funcionários com gordos salários da administração pública passada. Mas não temos visto o nobre líder do PDS desta Casa tratar de temas importantes, que venham de encontro à resolução dos problemas que angustiam esta Nação. Não vimos absolutamente nenhuma vez o líder do PDS tratar das questões estruturais que estão a massacrar o povo brasileiro. Não vimos absolutamente nenhuma vez a reforma agrária inadiável que se justifica neste momento de crise brasileira. Não vimos o líder do PDS vir aqui discutir, junto com este povo que hoje está nesta Casa, com os seus problemas; povo que veio do interior, porque a política agrícola massacrante do PDS foi imposta a eles obrigados a se retirar da terra. Sabem muito bem plantar. Sabem muito bem lidar com as coisas da terra, mas não têm tido a possibilidade, porque o sistema econômico está massacrando este povo inteiro. (Palmas dos participantes das galerias).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta presidência informal às galerias que não é permitida a manifestação em plenário solicitando, portanto, a gentileza de permanecer em silêncio e aprovar, mentalmente, se é que aprovam, o pronunciamento do deputado que ocupa a tribuna.

O SR. PAULO FURIATTI — Solicito desconto do tempo.

Desta forma, sr. presidente, srs. deputados, temos pela frente a inadiável reforma agrária que foi aprovada inclusive pelo Estatuto da Terra, que é intermediária, mas que nem isto foi feito.

Não existe hoje, para resolver os problemas do campo, se não outra questão, e mesmo os problemas da cidade, se não a distribuição de terras àqueles que sabem plantar, mas que não têm condições, porque estão empurrados dos centros urbanos, por este modelo econômico entreguista do PDS.

Desta forma, venho a esta tribuna sugerir à bancada do PDS, ao líder do PDS, que venham discutir a reforma agrária conosco. Que venham debater os problemas, mesmo com diversidade, mesmo com diferenças ideológicas, vamos discutir este tema.

Sabemos que este Paraná está corroído pela erosão. Está com sua estrutura fundiária concentrada. Está com trabalhadores rurais passando fome e com trabalhadores urbanos sem emprego.

Desta forma, dentro dos princípios programáticos do PMDB, desafio e lanço aqui um repto ao líder do PDS, que vem diariamente com meias verdades assolar o governo do PMDB, para promover este amplo debate sobre a reforma agrária para que possamos, de uma forma definitiva, juntando o programa do PMDB, à Secretaria da Agricultura, junto com as forças políticas deste Estado, de forma que possamos, definitivamente, começar a tratar dos problemas de raiz da Nação brasileira e não ficarmos nas pequenas coisas que apenas deixam este Parlamento pequeno, ao invés de engrandecê-lo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Roberto Requião, inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. presidente, srs. deputados. Esta Assembléia tem a honra, na tarde de hoje, de receber um movimento organizado de trabalhadores sem terras, na luta pela reivindicação de seus direitos.

O modelo agrário imposto pelo governo federal ao Paraná, expulsou deste Estado, nos últimos dez anos, 2 milhões e 500

mil paranaenses. Destruíu 180 mil pequenas e médias propriedades. Jogou nos nossos campos, sem terra e sem trabalho, mais de 800 mil trabalhadores, que formam hoje o grande contingente dos "bóias-frias".

A região metropolitana de Curitiba recebeu mais de um milhão de trabalhadores do campo que não encontram na cidade terra para morar e trabalho para sustentar as suas famílias. Mas a população está aprendendo o verdadeiro caminho da libertação do povo, que é o caminho da organização e o caminho da pressão. E isto deságua hoje nesta manifestação que só vem honrar esta Assembléia, porque Assembléia sem povo não serve para absolutamente nada. Que inaugure, esta manifestação, a nova fase da política do Paraná. A Assembléia Legislativa, de pé, ao lado das reivindicações dos trabalhadores e com o trabalhador dentro deste plenário, trazendo as suas reivindicações e exigindo dos representantes do povo, a solução na condução dos seus problemas.

Transformamos o Paraná, num grande canteiro de soja; soja que expulsou o homem do campo e que é exportada para os Estados Unidos e para a Europa, onde vai engordar o gado que fornece o filé mignon de povos que têm administrações mais responsáveis do que a nossa. Esse movimento associativo que aqui se reúne, se filia ao MASTRO. E para que melhor possamos entendê-lo, eu me permito, a ler desta tribuna, o manifesto do Movimento dos Sem Terra do Leste do Paraná. (Lê):

"O MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO LESTE DO PARANÁ (MASTRO), fundado em assembléia de trabalhadores de Curitiba e região periférica, lavradores por muitos anos e expulsos de suas terras, espera das autoridades constituídas, em especial dos governos federal e estadual, o encaminhamento de suas reivindicações, dentro de seus princípios básicos, a saber:

Declaração de princípios:

1. A nossa luta por terra interessa a toda a comunidade paranaense e brasileira, ao povo da cidade que paga caro pelo que come, pela moradia, pelo transporte.
2. A nossa luta por terra é a luta contra o desemprego, a luta em favor dos que querem trabalhar e não têm possibilidade de ganhar o seu sustento com o suor de seu rosto.
3. A nossa luta por terra é contra aqueles que exploram o homem, contra os que oprimem o trabalhador e tiram do seu trabalho grandes lucros.
4. A nossa luta por terra é a luta dos que entenderam que precisam se organizar e se unir na luta pelos direitos ao trabalho e vida digna.
5. A nossa luta pela terra é a luta contra os grandes grupos que monopolizam a terra, contra os interesses da grande maioria de nosso povo.

Principais reivindicações:

1. Queremos terra para trabalhar e viver no Paraná, em regiões periféricas a Curitiba.
2. Terra só para quem nela trabalha e dela precisa para viver.
3. Extinção do módulo mínimo, que só favorece ao latifundiário.
4. Criação do módulo máximo, que fixe um limite para as grandes propriedades.
5. Crédito fundiário que favoreça o pequeno agricultor e não beneficie latifundiários e grandes empresas na aquisição de pequenas propriedades.
6. Fiscalização das grandes fazendas improdutivas para encaminhar as desapropriações para fins de reforma agrária.
7. Proibir os incentivos e benefícios fiscais que facilitam a aquisição de terra por aqueles que não são agricultores.

Reivindicação ao governador do Estado:

No dia 05 de agosto foram entregues ao Excelentíssimo senhor governador do Estado, mais de MIL REQUERIMENTOS dos membros do MASTRO, no sentido de que seja indicada área de terras para que as famílias possam garantir o seu sustento, trabalhando também em prol da comunidade.

Também foram entregues memoriais do movimento na Assembléia Legislativa do Estado.

Unidade do movimento no Estado:

Dentro dos objetivos do MASTRO, da região leste, o movimento vai procurar a unidade com todos os movimentos semelhantes existentes no Paraná, para fortalecimento da reivindicação.

A DIRETORIA".

Esta reivindicação, depois de trazida ao Plenário da Assembléia e aos representantes do povo, será encaminhada pela liderança do movimento, ao governador do Estado, que os compromissos de campanha, e de programa do PMDB, sejam cumpridos.

Muito obrigado. (Palmas) — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. presidente, srs. deputados.

Não era nossa intenção, na tarde de hoje, ocupar a tribuna mas dois motivos e dois assuntos nos fazem aqui comparecer, para que também possamos manifestar a nossa posição e o nosso pensamento, a respeito.

Inicialmente, gostaríamos de nos solidarizar com as palavras dos companheiros Paulo Furiatti e Roberto Requião, quando vêm à tribuna para dizer dois princípios e das reivindicações, e deste movimento ordeiro, sério e, acima de tudo, honesto, dos agricultores, dos homens sem terra que constituem o mastro e que hoje nos honram com sua presença, nesta Assembléia.

Nós, que somos frutos vindos do meio rural, filho de um pequeno agricultor, nós que durante a nossa vida estivemos afetos ao meio rural, porque até nossa idade de 18 anos também trabalhávamos na roça e puxávamos a enxada; nós que fizemos um curso de medicina veterinária ligada ao homem do campo; nós que estivemos trabalhando até pouco tempo na extensão rural e que agora estamos à frente da comissão de Agricultura, sempre tivemos consciência e noção do que representa a terra para o homem que dela necessita para trabalhar; que dela necessita para fazer o sustento de sua família; que dela necessita para produzir alimentos para tratar e alimentar todos aqueles que hoje inclusive estão a marginalizar o homem do campo.

Homem do campo que eu conheço há mais de vinte e cinco anos, quando comecei a tomar consciência da vida; homem do campo que a cada dia que passa está perdendo aquela sua identidade para com a terra, porque todas as medidas que são tomadas em torno da agricultura, voltada para a agropecuária, não se consulta o produtor, não se consulta o pequeno proprietário e por isso mesmo, a cada dia que passa, o agricultor se descapitaliza cada vez mais, vai embora e hoje mesmo querendo voltar, não tem condições, porque as leis que imperam neste País não lhe permitem um retorno até a propriedade rural.

E hoje um segundo assunto que nos traz a esta tribuna diz respeito também a um problema ligado ao meio rural. ligado principalmente ao pequeno trabalhador rural. Vejam os senhores, que aproximadamente 1.500 agricultores do Paraná ficarão sem plantar em torno de três mil sacas de semente de feijão das águas porque a CFP — Companhia de Financiamento da Produção, órgão ligado ao Ministério da Agricultura do

Governo Federal, até o presente momento, não liberou o feijão que tem estocado e que foi adquirido pelo sistema do AGF.

Não liberou esse feijão, para que a Cafe do Paraná pudesse distribuir esses produtos, esse feijão, para ser utilizado como semente e plantado imediatamente. Não distribuiu a Cafe do Paraná, para que essa pudesse no sistema de troca, dando um e recebendo duas sacas depois, entregar esse produto ao agricultor que hoje não encontra semente no mercado para comprar, além do que também não tem o dinheiro para adquirir.

Então não entendemos, sr. presidente, srs. deputados, o porquê de a CFP manter-se nessa posição, de não liberar imediatamente, haja vista que até mesmo o governador José Richa, nós e demais deputados desta Assembléia, já estivemos até com o ministro da Agricultura e o da Fazenda, gestionando a esse respeito.

O comportamento da CFP vai fazer com que muitos produtores, mais de mil e quinhentos não plantem feijão das águas, encarecendo ainda mais o produto para o consumidor, e fazendo com que muitos outros agricultores deixem de morar no meio rural e venham a residir nas cidades com todos os problemas que nós conhecemos.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. presidente, srs. deputados.

Estamos retornando mais uma vez a esta tribuna para registrar, como ainda há pouco dizia o nosso companheiro e colega, amigo de mais de 20 anos na nossa labuta diária como profissional de medicina na cidade de Umuarama, deputado Nelson Vasconcellos, para registrar a passagem do Dia Nacional da Saúde, em 5 de agosto de 83, evento que festejamos justamente numa época em que o padrão de saúde do povo brasileiro é extremamente baixo, não obstante todos os avanços tecnológicos conquistados pela medicina, ao longo das últimas décadas.

É evidente e indiscutível que houve progressos substanciais neste setor, fruto do desenvolvimento econômico de nosso País, mas ainda estamos muito longe do que almejamos, e os resultados, é bom que se advirta, ficarão cada vez mais longínquos e distanciados de nossas possibilidades se os índices demográficos nacionais persistirem na atual escalada, lamentavelmente acentuada.

Só para citar alguns números, podemos assinalar que o Brasil tem hoje nada menos que 40 milhões de pessoas infectadas pela tuberculose, um mal que não conseguimos superar em face do baixíssimo padrão nutritivo da alimentação de nosso povo; mais de 10 milhões pelo bócio e pelo tracoma; cerca de 10 milhões de doentes mentais ou portadores de deficiências físicas; oito milhões de reumáticos; sete milhões de pessoas atingidas pela esquistossomose, e cinco milhões de portadores da doença de Chagas. Além disso, há mais de 40 milhões de pessoas sujeitas à contaminação pela malária; 40 milhões de desnutridos e muitas dezenas de brasileiros atacados pelas verminoses, já que entre cada dez crianças no Brasil, pelo menos uma morre antes de completar o primeiro ano de vida.

São números assustadores, mas infelizmente reais e fazem parte das estatísticas mais recentes e atualizadas do setor, indicadas por Hubert Lepargneur em seus Ensaios - Demografia, Ética e Igreja.

Alguém, simplista e ignorante da realidade, vai dizer: "É culpa da política econômica do regime que se incrustou no poder em 64", ou qualquer coisa parecida. Entretanto, a realidade é outra.

Antes de 64, conforme indicam as estatísticas dos órgãos especializados, esta situação, em números proporcionais

e em alguns casos até em números absolutos - apesar da população bem inferior - era muito mais grave.

Temos hoje no Brasil quase 80 mil médicos para mais de 100 milhões de habitantes, o que dá uma média de um médico para pouco mais de mil habitantes. Realmente, para um país subdesenvolvido, um índice até favorável, se observarmos os indicativos da necessidade de uma nação prescritos pela Organização Mundial da Saúde.

No entanto, para cúmulo, temos notícias de que pelo menos 10 mil médicos brasileiros estão desempregados, enquanto 1.500 municípios - dos nossos quatro mil - não registram a presença de um único médico residente.

Estes municípios, certamente, estão localizados nas regiões mais interioranas e até inóspitas deste Brasil continental. De qualquer forma, isto demonstra uma terrível má distribuição dos profissionais de medicina. Muitos médicos não querem ir para o interior.

E também no aspecto de pessoal, há outro problema de planejamento: muitas especializações são desnecessárias e acabam faltando clínicos gerais.

Exercendo a medicina por muitos anos no interior e convivendo com o problema e por isto o conhecemos de perto, em função desta experiência, podemos lembrar o estado sanitário precário da maior parte da população rural, como uma das causas primordiais do elevado índice de moléstias que atinge o povo. Sem médicos e vivendo em condições sanitárias precaríssimas, o homem do campo é vítima frágil às doenças.

Como a força de trabalho de nossa população, no seu todo é pequena, torna-se demasiado pesado o encargo da Saúde, e este problema só tende a se alastrar com a explosão demográfica. Daí estarmos sempre que oportunidade nos é dada, reconhecendo a necessidade de um planejamento familiar, ou mais precisamente, especificamente o que preferimos, desde a primeira oportunidade em que, apegados ao assunto, nas condições de podermos - da tribuna - falar com o Estado do Paraná e com o resto do País, termo que nós consideramos bastante oportuno que é, da paternidade, ou seja, até a maternidade responsável. Não há necessidade de uma preocupação maior com referência ao planejamento familiar, porque sabemos que o lar e o casal são intocáveis nos seus princípios, e dentro da sua filosofia, e da formação cristã do povo brasileiro, cada um há, de per si, dizer a quantos ou em quantos ou quantos e quando virão os seus filhos. Há porém, necessidade de se dar a oportunidade àquele que não queira ter filho e que tenha todas as condições para deixá-lo para uma oportunidade futura ou para o momento mais propício. No campo, na lavoura, o homem ainda que carente de alimentação, higiene, serviços médicos e hospitalares, habitação e outros serviços essenciais, começa a trabalhar muito cedo, na agricultura. Sua aparência física frágil, como diz Paul Hugon, não raro esconde fraquezas orgânicas que permitem rendimentos apenas limitados e irregulares, e o que é mais grave, srs. deputados, põe em risco o físico do adolescente, comprometendo para o futuro, a saúde e a capacidade produtiva do futuro adulto.

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Em primeiro lugar, deputado, quero cumprimentá-lo pela sua intervenção no dia de hoje, trazendo, sem dúvida alguma, de maneira muito oportuna, uma abordagem a respeito da saúde, neste dia que antecede o Dia Nacional da Saúde, comemorado neste País.

Um dos pontos que vossa excelência abordou e que me chama em particular a atenção, refere-se à necessidade de atendimento aos problemas de saúde como um todo, através de uma ação integrada que envolva não apenas os profissionais do campo da medicina, mas que envolva tantos quantos, com consciência, responsabilidade e capacidade, devam intervir nesse processo. Vejo o problema da Saúde como vossa

excelência coloca, fundamentalmente um problema educacional.

As conseqüências graves que estamos vivendo, são resultados acima de tudo, de problemas estruturais, e antes de mais nada, deve ser, o homem comum deste País, educado suficientemente porque, antes de tudo, refiro-me mais uma vez, o problema de saúde é conseqüência de ignorância e que deve ser, por isto, superado.

Mas outro aspecto que me parece de grande relevância que vossa excelência aponta, é a respeito do médico identificado com os problemas da saúde do povo. É indiscutível que o médico sanitaria não se forma apenas no curso regular, a nível de ensino superior, na universidade ou na faculdade específica. O médico sanitaria, além do conhecimento, tem que ter vocação para este tipo de trabalho sacerdotal, antes de tudo, é aquele que adquiriu experiência no exercício da medicina, principalmente nos órgãos públicos ligados às secretarias competentes e ao Ministério da Saúde. Então, eu vejo, na atuação desse tipo de profissional, uma gama de conhecimentos e de experiências, vejo a oportunidade do exercício da profissão médica voltado aos problemas da Saúde Pública.

E quando vossa excelência cita que cerca de 10 mil médicos neste País ou estão sendo subaproveitados ou estão sendo totalmente marginalizados no campo profissional específico da Medicina, me recordo aqui, com muita tristeza, lamento e registro na sua fala, também o caso de alguns médicos que foram, por motivos outros que não a justa causa, demitidos das suas funções, onde o conhecimento, a vocação, a experiência no trato com a saúde pública, foram totalmente jogados para fora. Num país pobre como o nosso, e que não pode, em absoluto, deixar de contar com tudo que dispõe na tentativa da superação dos problemas mais emergentes.

Refiro-me, para que vossa excelência tenha conhecimento do desligamento que profissionais da medicina, seus colegas de trabalho, funcionários públicos da secretaria de Saúde, deste Estado, que exercem suas atividades no Município de Castro, lá no órgão próprio da secretaria competente e no Hospital Bom Jesus da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, por questões de ideologia política ou por questões de dificuldades de relacionamento, por nutrir idéias e pensamentos diferentes, foram desligados dos seus serviços.

Estou me referindo ao dr. Domingos Faustino de Carvalho, que criou, que organizou e que fez funcionar todo o serviço próprio do Hospital Bom Jesus, naquela cidade de Castro. O dr. Faustino, pelo espírito que tem, pela identidade que guarda como homem comum da sua cidade, ganhou notoriedade e liderança e foi por isso lembrado, como lembrado é sempre o médico que tira a pessoa das dificuldades de saúde que está vivendo. Do mesmo médico que assiste a um familiar de alguém, esse médico é lembrado em ocasiões políticas como aquelas que vivemos no ano passado e assim, dr. Domingos, sem qualquer antecedente político-partidário, mas apenas pelo que ganhou no exercício de sua profissão de médico sanitaria de fato, candidatou-se a Prefeitura Municipal de Castro e não foi eleito. Retornou às suas atividades e agora, recentemente, foi desligado do serviço.

Nos treze anos, a experiência adquirida pouco valeu, e o fato de grande faixa da população de Castro está indignada e reclamando a imediata volta do dr. Domingos às suas funções, também foi insuficiente para evitar que uma manifestação de 12 elementos ligados ao PMDB, encaminhado às autoridades competentes na área, fosse suficiente para demitir-lo do serviço e com ele, outros companheiros seus, como o Dr. Ricardo Cardoso, dr. Ronie Cardoso, desligados também recentemente do seu serviço.

Eu vejo nesta atitude uma afronta ao indivíduo, não apenas nos seus direitos básicos, nos seus direitos fundamentais, por certo o Conselho Regional de Medicina, a Associação

Médica do Paraná e o Ministério do Trabalho tomarão providências no sentido de evitar que casos como esse se repitam, no sentido de fazer com que os casos ocorridos sejam revistos, sejam considerados e não mais aconteçam, porque a forma e o meio de fazer com que o sr. governador do Estado, que tanto pregou em cima de satisfações na campanha eleitoral de 15 de novembro, demonstre, de forma inequívoca, que não nega as suas origens e que não traia a sua fala no palanque.

Meus parabéns, deputado Tuguio Setogutte, neste momento que Vossa Excelência fala a respeito do Dia Nacional da Saúde, na certeza que sua manifestação será mais um alerta para que todos nós, de ambos os partidos, governo ou não, demo-nos as mãos e tudo façamos para minorar, cada vez mais, as dificuldades que afligem o homem comum brasileiro.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Realmente, deputado e companheiro Odeni Mongruel, lamentamos realmente quando se torna um número não normal, quando começam realmente a acontecer no dia a dia, demissões de profissionais liberais, em específico com o que Vossa Excelência tratou ainda há pouco, dos profissionais da medicina com mais de 10 ou 15 anos, nós realmente não concordamos, sim, lamentamos e fazemos aqui um apelo por estas pessoas que sempre se dedicaram e que sempre se dispuseram a prestar o seu serviço à causa médica e ao povo do Paraná.

Realmente a autoridade hoje ocupando o poder no Estado tenha sensibilidade suficiente para que, realmente, escolha, veja e analise com lisura e sem que haja a interferência política-partidária, dentro dessas demissões que realmente ame-drontam e que entristecem o povo do Estado.

Por outro lado, esta rarefeita produtividade do adulto acaba desperdiçada na educação das crianças, dura e cruelmente atingidas por uma elevada taxa de mortalidade nos primeiros anos de vida. Seu esforço se torna inútil. É claro que nisto tudo não se pode desprezar a incrível disparidade entre os diferentes centros. Em Recife, por exemplo, a mortalidade afeta mais de 200 crianças entre mil, no 1.º ano de vida; em São Paulo, esse número não ultrapassa a 80, ainda que estes não sejam os números mais atuais. É até inútil continuar citando cifras e a relatar uma situação que já é conhecida.

Daí nossa solicitação, o nosso apelo para que o Estado do Paraná, mais do que antes e mais do que nunca, seja ele um seguidor dos bons princípios da saúde pública e faça realmente o investimento necessário para que este Estado possa se orgulhar como tantos outros, perante outros Estados menos favorecidos, tenha a condição de apresentar números condizentes com sua população e com sua gente, em termos nacionais. (Lê):

“Todos os que conhecem o assunto, sabem da importância capital de uma política de saúde preventiva, voltada fundamentalmente às causas. Assim, nos parece da maior relevância reafirmar nosso ponto de vista favorável à implementação de um programa de planejamento familiar embasado na realidade econômica e social de nosso povo, sem agredir-lo e sem permitir que o Estado venha a interferir em sua vida particular.

Antes de mais nada é preciso afastar o fantasma de que as multinacionais estariam por trás dos programas de controle da natalidade. Não sabemos sua origem, mas preferimos ignorá-la. Só lembramos, por curiosidade, que o maior e mais rígido plano de controle natalício foi engendrado na China comunista, por iniciativa de Mao-Tsé-Tung, a partir da década de 50. A necessidade é tão absoluta que sua evidência salta aos olhos e está acima de ideologias ou partidos políticos.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência concede um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado, aproveitando a sua explanação, gostaria de dizer que sob o ponto de vista do trabalho de saúde preventiva, me parece que o controle da natalidade que Vossa Excelência aborda é mais uma daquelas razões

para escamotear os verdadeiros problemas porque a população brasileira se encontra em péssimas condições de qualidade de vida e por consequência de saúde; visto que uma população que não tem emprego, que tem o salário mínimo miserável, que não tem acesso às mínimas condições de vida, terá por consequência uma saúde débil.

Então me parece que além dos programas administrativos de saúde, precisamos abordar o problema da saúde pública neste Brasil, partindo da base de sistematização política de um modelo que está de toda a forma forçando esta população a abdicar da alimentação porque não tem condições, a abdicar de condições de higiene e de moradia, a abdicar inclusive de programa de lazer que tanto bem fazem para aquelas pessoas que conseguem desligar nos finais de semana um trabalho árduo durante o dia.

Então me parece que seria interessante também a sua abordagem sobre a importância da mudança deste modelo econômico que está massacrando o povo brasileiro e também de que me parece, que ao invés de limitarmos o número de cidadãos no Brasil, melhor seria conseguirmos uma distribuição de rendas, uma distribuição equitativa dessa renda, para que cada cidadão brasileiro tenha acesso à melhor qualidade de vida, e por consequência, melhores condições de saúde.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Agradecemos o aparte do Deputado Paulo Furiatti. Conhecedor profundo dos assuntos e dos problemas brasileiros, realmente nós também, como sempre o fizemos, reconhecemos no modelo econômico atual as suas falhas e a sua praticamente impossibilidade de, num curto espaço de tempo, achar uma solução que advenha para a grandeza e para o progresso que queremos para o nosso País.

E, se considerando não sermos economista, e se considerando termos uma vivência interiorana mais ligada à saúde, mas mesmo assim queríamos chegar à sua pessoa, que realmente, apesar de não concordar com o modelo econômico, diríamos que estamos dispostos a discutir e a traçarmos diretrizes e bases para que possamos levar num conjunto todo dentro desta Casa, soluções que venham a minorar o sofrimento do nosso esquecido povo brasileiro, e em especial ao qual incluo também o paranaense.

Em sendo assim, trazemos a nossa contribuição em termos de saúde, e trazemos a nossa contribuição, inclusive em termos de um planejamento coerente e condizente com a formação nossa, e eu tenho a certeza da formação de todos os parlamentares.

Quanto ao problema econômico, esperamos que as faixas ligadas ao setor nos dêem um pouco mais, nos iluminem e nos dêem um pouco mais de condições para que juntos possamos discutir. Talvez a nossa pessoa nem em tanta profundidade, quanto talvez estaria a solicitar no presente momento, o Deputado que nos aparteu tão brilhantemente. Agradeço à sua pessoa:

Hoje, queremos ressaltar, para encerrar nesta tarde, este assunto, porém, que a situação não está fechada, mas sim deve se abrir ao diálogo e ao debate, para que dessas discussões surjam idéias e que sejam postas em prática. Só não aceitamos os preconceitos, que na maioria das vezes são frutos da ignorância dos fatos e servem como escudo à argumentação lógica e racional, embasada nas ocorrências reais, estatísticas.

Não queremos ser intransigentes, portanto.

Para finalizar, gostaríamos de acentuar que o direito ao planejamento familiar é um direito de toda a pessoa humana, e sobretudo das mais pobres, que não podem, como nós, planejar devidamente o crescimento de suas famílias. Apenas fazendo um parêntese, eu não poderia nesta tarde, deixar de agradecer às pessoas dos mais longínquos e dos mais distantes lugares, para essa Assembléia hoje se dirigem na sua condição

de postulante de ter a possibilidade de, em uma terra, lavrá-la e dela tirar o sustento para sua família.

Por isso tem o nosso apoio esta platéia que hoje aqui comparece em massa e nos dá condições suficientes para que possamos, juntos e irmanados, parlamentares de ambos os partidos, discutir a fundo e podermos levar, numa solução o mais rápido possível, para que possamos, num período de tempo mais curto ainda, trazer as grandes soluções, porque realmente o Paraná, com essas terras férteis de que é possuidor, baseados e tendo como nós diríamos e sempre temos repetido, em todas as oportunidades, as terras mais férteis do mundo, talvez às estepes da Rússia ou talvez à beira do Nilo somente comparadas a essas nossas terras do Paraná, para que possamos, junto conosco, deixar principalmente para as gerações futuras e aos nossos filhos, um País e um Estado mais desenvolvido, com mais condições, com mais saúde e com muito mais felicidade do momento.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No horário destinado à Liderança do PDS, consulto se fará uso do mesmo.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, fará uso do horário da liderança do PDS o ilustre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra Sua Excelência o nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa é honrada na tarde de hoje, com a presença dos que integram o movimento dos "sem-terra" do Estado do Paraná. Homens e mulheres que querem trabalhar e que não têm onde trabalhar; homens e mulheres que se habituaram e que se educaram recebendo na cabeça e no seu corpo o sol, a chuva, a neve, a geada; homens e mulheres que palmilharam o chão deste Estado e que buscaram pelo seu trabalho e pela sinceridade dos seus propósitos, oferecer a sua contribuição não só para alimentar a gente do Paraná, mas como também para permitir que este Estado, produtor agrícola, exporte para o Brasil todo e exporte para o exterior a sua riqueza, criando os mecanismos para que a nossa economia seja o suporte efetivo para o desenvolvimento social deste Estado.

Homens e mulheres que querem trabalhar e que não têm onde trabalhar, mas não são só estes, infelizmente, que querem trabalhar, e não podem trabalhar. Há muitos outros, lamentavelmente, neste Estado e neste País. Devo levar-lhes a cada um, a solidariedade irrestrita do PDS...

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Airton Cordeiro, permita um aparte, por gentileza.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Na sequência, nobre Deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Eu me inscrevo também, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Manifesto a Vossas Excelências,

Srs. Deputados, a convicção de que o nosso partido tudo fará para que a terra que esses homens e essas mulheres não têm hoje, seja uma conquista social de todos eles e seja, ao mesmo tempo, um passo à frente na igualdade que se busca para o atendimento permanente das necessidades do povo do Paraná.

Infelizmente, no entanto, não serve ao PDS neste momento de tantas dificuldades para os Srs. não serve ao PDS a bandeira da solução, porque não somos governo no Paraná. Ao mesmo tempo, devem os srs. e sras. saber, com muita clareza, que tanto o ex-candidato do PDS, Saul Raiz, quanto o ex-candidato e hoje governador José Richa prometeram aos "sem terra" do Paraná a terra que eles precisam para plantar, a terra que eles precisam para produzir; a terra que eles precisam para dela tirar sua subsistência e conseqüentemente sua sobrevivência.

A solução, se não está conosco, tem o nosso apoio. A solução está com o governo do PMDB, com os prefeitos do PMDB, com os nossos prefeitos do interior, com a sociedade como um todo, mas especialmente com aqueles que detêm o mando administrativo neste Estado, e nós queremos que os homens do governo que se comprometeram no palanque e que sensibilizaram o eleitorado com suas promessas, que esses homens, o mais rapidamente possível, entreguem aos senhores a terra da qual os senhores foram expulsos pela nossa conjuntura sócio-econômica, a fim de que, quando os senhores e as senhoras aqui retornarem, venham para dizer que já é possível trabalhar no Paraná.

É esta a decisão que esperamos do governador José Richa, a quem compete, a quem cabe dar a terra a quem não a tem, para trabalhar e permitir àqueles que não trabalham porque não têm como trabalhar, que exerçam a sua atividade, que produzam pelo seu Estado mas que, especialmente, tenham como comer, como educar seus filhos, como se vestir, como sobreviver, como subsistir a uma crise que hoje assola este País de ponta a ponta.

O Sr. Paulo Furiatti — Permite-me um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Nós aqui estaremos prontos a apoiá-los integralmente, e esperamos que o PMDB substitua as palavras de campanha por ações de governo. Ações que até agora não foram constatadas por todos os paranaenses.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Depois de atender aos Deputados que já me solicitaram anteriormente.

Quero também dizer que existem no Paraná, dezenas, centenas e milhares de homens e mulheres como os senhores e as senhoras, que querem trabalhar e não podem. Não são expulsos da terra; são expulsos da atividade pelo poder governamental. São expulsos do seu trabalho pelo detentor da chefia do Poder Executivo do Paraná.

Ontem ainda, Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, com que tristeza vi na televisão uma entrevista do líder do Governo desta Casa, afirmando que ainda devem ser demitidos, até o final do governo, mais 30 mil funcionários públicos, segundo Sua Excelência, de que se possa racionalizar a atividade pública no Estado do Paraná.

Não existe incoerência maior daqueles que estão a propugnar, como o Deputado Paulo Furiatti hoje, na "Folha de Londrina", mais demissões do serviço público paranaense, e que vêm a este plenário reclamar trabalho, e ao mesmo tempo, apadrinhar, nos bastidores, pessoas que estão sendo admitidas pelo Governo José Richa sem concurso público, sem nenhum critério que nos autorize a acreditar que o governo está admitindo porque precisa admitir.

O Sr. Paulo Furiatti — Concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Já expliquei a Vossa Excelência que tão logo atenda aos Deputados que já solicitaram, com muito prazer Vossa Excelência terá o direito de falar. Peço sua compreensão e que se atenha ao Regimento da Casa.

Mais ainda, Srs. Parlamentares, o líder do PMDB, o ilustre Deputado Nilso Sguarezi falou da tribuna, os jornais publicaram as informações que foram encaminhadas àquele deputado pelo Governador José Richa sobre as admissões em 1982.

Infelizmente, tomei conhecimento das informações pelo jornal, porque oficialmente só as recebi às 10 horas e cinco minutos, da manhã de hoje. Não quero nem mencionar a falta de ética, no trato desta matéria, dentro desta Casa.

Mas devo, a bem da verdade e para esclarecer a opinião pública deste Estado, fazer algumas observações ao que afirmou o nobre líder do Governo. E ao mesmo tempo, socorrendo-me de uma análise que me foi permitida fazer só superficialmente, nos dois compêndios contendo as informações que recebi, na manhã de hoje.

Diz o Governador que em 1982, foram admitidos 17.962 funcionários públicos no Paraná; e no período de primeiro de janeiro a 15 de março do corrente ano, mais 766, perfazendo o total de 18.728 funcionários públicos admitidos em 82 e no período mencionado de 83. No entanto, para quem quer ter um mínimo de boa vontade, para quem pretende agir dentro da compostura exigida por homens públicos do Paraná e de qualquer outro lugar do mundo, a análise superficial desses documentos, já nos autorizam a informar aos parlamentares e ao povo deste Estado, que de todos admitidos naquele período, 5.127 professores, em 82, e 152, até 15 de março de 1983, perfazendo um total de 5.279 foram admitidos para atender a expansão da rede escolar do Paraná e a substituição dos professores aposentados pela lei dos vinte e cinco anos.

Quem não ouve falar todos os dias que ainda há pouco, o Deputado Nelson Buffara desta tribuna protestou, sobre este assunto, que o Paraná é um Estado sem segurança, que as Delegacias de Polícia do Paraná e que o próprio efetivo da Polícia Militar deste Estado não têm os homens que deveriam ter, para garantir a segurança do povo paranaense? E a Secretaria da Segurança Pública admitiu, naquele período. 2.770 funcionários.

Eu também julgo importante mencionar alguns outros dados como as 1.534 admissões do DER, admissões que foram feitas com toda segurança, não só para ampliar a rede viária do Paraná, para transportar a riqueza deste Estado, mas como também para manter os milhares de quilômetros de rodovias, que outros governos construíram, sabendo que o DER não só constrói, mas a ele compete manter as rodovias paranaenses e, sem gente, não se pode manter nenhuma rodovia.

A Fundação Caetano Munhoz da Rocha admitiu, em 1.982, 1.155 servidores, médicos sanitários, especialistas em Assistência Social, especialistas em enfermagem, gente que está por todo o Paraná dando assistência, oferecendo assistência médica e social aos paranaenses, num trabalho que nunca foi feito neste Estado, com esta dimensão técnica. Porque este foi mais um passo, de um trabalho anterior executado pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social. Médicos para o interior, nos centros sociais rurais, médicos nos postos de saúde, de todos os municípios do Paraná.

A Copel, segundo o informe do governador, admitiu em 1.982, 918 novos trabalhadores. Mas eu não ouvi nem o líder do PMDB e nem ninguém do PMDB, reconhecer que grande parte desses 918 funcionários, se deve à incorporação da Central Hidrelétrica do Paranapanema - Agepe.

Como da mesma forma, não ouvi ninguém do governo reconhecer que as admissões feitas pelo Banco do Estado do Paraná, foram para implantação da Banestado Leasing, do Banco do Paraná, e de 117 novas agências do Banestado em nosso Estado.

Então, quem vê quem ouve, quem assiste qualquer pessoa falando sobre as admissões do governo passado, recebe um impacto e fica a imaginar que este Estado foi governado pela imoralidade, e que neste Estado grassava a irresponsabilidade, mas não é esta a realidade.

A verdade é diferente, Srs. Deputados. A verdade é que o governo José Richa demite para admitir, demite gente que estava trabalhando para admitir os seus cabos eleitorais, para admitir seus apadrinhados, para admitir aqueles que com ele formaram a corrente partidária em busca do poder pelo poder, não do poder para governar com altivez, este Paraná de todos nós.

Quero dizer mais, que não temos nenhum receio e tanto não temos que, desta tribuna e neste momento, Sr. Presidente, formulo um apelo a todos os ex-Secretários dos governos Ney Braga e Hosken de Novaes, para que encaminhem a esta Casa as suas justificativas por escrito, a fim de que possamos ficar sem dever uma só explicação aos deputados e ao povo do Paraná

sobre estas admissões feitas por estrita necessidade do serviço público paranaense.

Peço também ao ex-Secretário, ex-Chefe da Casa Civil, Borsari Neto, para que coordene o recolhimento dessas informações, a fim de que esta Casa tenha as notícias das quais é merecedora, a fim de que o Paraná não guarde a imagem que procurou disseminar a oposição de ontem, governo de hoje, sobre os atos dos governos anteriores.

Da mesma forma, antes de conceder os apartes, quero reiterar a minha profunda estranheza, pelo que afirmou ainda ontem na televisão o deputado Nilso Sguarezi, dizendo que há mais 30 mil funcionários sobrando, que deverão ser demitidos até o final deste governo, mas dizia o Deputado Nilso Sguarezi, do PMDB, no dia 09 de agosto de 1.982, na tribuna, desta casa, o seguinte. Leio:

"Srs. Deputados. Mas assumo a tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para registrar o desmentido categórico e formal de um expediente eleitoral ou eleitoreiro que começa a ser divulgado entre o funcionalismo público deste Estado".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados convenhamos que isto não passa de uma grossa mentira, com objetivo certo e determinado de angariar votos, na base dos termos daqueles que tem um emprego garantido. Hoje quando sabemos que esses celetistas passam da casa dos 20 mil serventuários e isto equivaleria dizer que com suas famílias representariam um contingente de aproximadamente 80 a 100 mil votos, o que poderia decidir uma eleição no Estado do Paraná.

Primeiro, é inconcebível que alguém acredite nesta história, porque retirados ou substituídos todos estes funcionários, entraria em colapso a própria máquina administrativa do Estado.

Em segundo lugar, porque não é objetivo da Oposição chegar ao governo para perpetrar injustiças ou para privilegiar pessoas. O que orienta a Oposição no Paraná é uma nova tomada de princípios administrativos e uma nova filosofia de governo. Esta filosofia que tem sido debatida nas diretrizes do governo Richa. Evidentemente, que nosso candidato fará e formalizará este desmentido, para que esta onda não se propague.

Mas, isto serve para demonstrar, acredito eu, os expedientes, as pressões que se procuram criar para que esta eleição seja disputada num nível totalmente antidemocrático.

Se hoje estivéssemos às vésperas das eleições, se os candidatos ao pedirem votos para o eleitor e serem interrogados por este eleitor "como eu devo fazer para votar no senhor" nós candidatos da Oposição e do Governo não saberíamos como responder, e por aí a fora continua o deputado Nilso Sguarezi.

O mesmo deputado que afirmou, por extrema coincidência, no no passado, no dia 09 de agosto de 1.982, é também por coincidência ou é por intencionalidade, o mesmo parlamentar que defende as demissões grotescas e odiosas do governador José Richa e é o mesmo deputado que está a dizer publicamente que existem mais 30 mil pessoas para perder seus empregos. Serão mais 30 mil pessoas sem terra, sem comida, sem emprego, sem lar, sem estudos, sem vestuários; mais 30 mil pessoas jogadas ao relento pela volúpia do poder pelo poder e alguém que buscou pelos caminhos das frases feitas antecipadamente, o caminho do governo, não para governar, mas para perseguir e para desgovernar.

Concedo o aparte ao Deputado Tércio Albuquerque. O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência diz nesta tarde, com muita propriedade, dois assuntos muito importantes que estão sendo debatidos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O primeiro deles foi a sua justificativa com referência ao homem sem terra do Paraná, cujo movimento surgiu na minha região, no Oeste do Paraná, que eu tenho aqui a honra de representar.

Lembro-me como se fosse hoje, os dois candidatos para governadores, Saul Raiz do PDS e José Richa, pelo PMDB, ambos tiveram encontro com essa gente, com suas lideranças máximas, com os presidentes e líderes dos sindicatos dos trabalhadores rurais do Paraná, e o ex-candidato Saul Raiz, com o meu testemunho, dava garantia de que se eleito fosse, faria um programa para o reassentamento de mais de 10 mil famílias da nossa região, no decorrer dos seus 4 anos de governo.

Já o outro candidato, hoje governador José Richa, pessoa a quem eu tenho o mesmo respeito como pessoa humana e como a figura representativa do Estado do Paraná, prometeu também que daria terra ao homem sem terra.

Dias atrás, eu vi o governador José Richa na cidade de Medianeira, conversar com o homem sem terra, de público, num palanque de manifestação, e o governador continuou com a sua promessa de dar terra ao homem que precisa da terra.

Entretanto, eu vejo aqui na tribuna desta Casa, dois ilustres parlamentares, os Deputados Roberto Requião e Paulo Furiatti, fazer discursos eleitoreiros, prometendo e dizendo que realmente o homem precisa da terra.

Mas, onde está o projeto deles, governo hoje?

Prometeram esta terra e a responsabilidade é deles, Deputado Airton Cordeiro. Nós queremos apoiar o projeto do PMDB, mas que venha o projeto e não palavras, porque estas morrem no ar, porém os escritos permanecem, e eu não vi nada por escrito, a não ser um projeto do Deputado Roberto Requião que está tramitando. Nós precisamos analisar, precisamos ver com mais clareza este projeto. Queremos a terra para estes homens, o PDS vai apoiar, mas o responsável hoje por esta situação é o Governo do PMDB, que deverá dar as terras, com o nosso apoio.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, e devo antes de conceder o aparte aos Deputados Ezequias Losso, Gabriel Manoel e Paulo Furiatti, comunicar a este plenário que apresentarei dois projetos de lei que têm por objetivo complementar o projeto de lei apresentado pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Um deles visa uniformizar o regime jurídico dos Servidores Públicos do Paraná, sem que se tenha a dicotomia que se observa hoje entre os servidores estatutários e servidores celetistas.

E outro projeto de lei vedando a admissão ou contratação de servidores públicos pelo Governo do Estado sem a prestação de concurso público, a fim de que tenhamos o mérito colocado acima do apadrinhamento político.

Concedo aparte ao nobre Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado Airton Cordeiro, acompanhamos o pronunciamento de Vossa Excelência, tanto no seu tópico referente aos sem terra, como também ao tópico referente aos sem-emprego e àqueles que estão na iminência de ficarem sem emprego.

Realmente, são dois assuntos muito sérios, e devem merecer a atenção do parlamentar, sem qualquer demagogia.

Como integrante do PDS, tenho desde os primeiros tempos de trabalho nesta Assembleia Legislativa do Estado, quando ainda na antiga Arena, percebido o interesse que expoentes do nosso partido demonstraram ao longo do tempo.

Percebemos a vinda do ex-Presidente Geisel para entregar títulos de terras aos paranaenses, percebemos a presença do governo João Baptista Figueiredo, entregando terra aos paranaenses, e esperamos que igualmente os expoentes do PMDB que hoje estão no poder, demonstrem igual interesse, não apenas nas palavras, mas especialmente nas atitudes.

Desta maneira, nobre Deputado, nos sentiremos como legisladores compensados em nossos trabalhos de articulação, de solicitação aos setores competentes, e mais do que nunca, o

povo paranaense está a merecer especial consideração do Governo que aí está, que promessas fez.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência informa que está encerrado o horário de Vossa Excelência.

Concede esta Presidência um minuto para que encerre o seu pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Tempo, Sr. Presidente, que usarei apenas para dizer aos homens sem terra que, com o nosso partido, eles podem contar, e que esperem do Governo do Paraná as soluções as quais estaremos aqui cobrando. Peço perdão ao Deputado Gabriel Manoel, ao Deputado Paulo Furiatti e agradeço os apertes dos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Ezequias Losso.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No horário reservado à Liderança do PMDB, consulto sua liderança se fará uso do horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não vou responder ao nobre Deputado Airton Cordeiro quanto ao problema das demissões, porque falamos outra língua.

Acusam-nos de desempregarmos pessoas no Paraná, quando tiramos médicos irresponsáveis, milionários, proprietários de hospitais que não vão aos postos de saúde, querem dizer, isto, desemprego? Falamos outra linguagem. Eu responderei com outra linguagem à semana que vem.

Vamos tratar hoje do problema da terra, tratar da responsabilidade dos maus brasileiros que entregaram as terras às multinacionais e que hoje, como anjinhos, querem atribuir responsabilidade a nós, para solucionar este problema. Falamos linguagem diferente porque a linguagem do brasileiro que tem sentimento não pode compactuar com esta triste, deslavada política da irresponsabilidade que tem sido feita, da maneira irônica como é tratado o assunto, quando se diz que o Presidente Figueiredo está distribuindo títulos de terra, se vemos aqui centenas de paranaenses clamando pela terra.

E quem tem o poder nesta Nação? É Figueiredo, ou são os governadores da oposição que entraram ontem? Não fugimos da responsabilidade, e o PMDB vai resolver este problema. Assumimos este Estado e vamos assumir o Poder desta nação, queiram os mallufs, queiram os generais ou não, vamos assumir, não pela força, com colégios eleitorais fabricados, mas pelo voto do povo brasileiro, vamos assumir o poder, legitimamente, Srs. Deputados, para que o povo possa se expressar livremente como está se expressando neste Estado, por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos fazer uma análise de quem é realmente a responsabilidade, não pela solução do problema. O PMDB é responsável para solucionar este problema, a responsabilidade de quem gerou este problema? Porque até agora não se falou em quem foi o causador destes homens e destas mulheres estarem sem terra. E a grande pergunta, quem foi que matou, praticamente, a agricultura brasileira? Quem foi que desgraçou esta Nação? Quem foi que afundou este País em dívida? Quem foi que deslanchou a corrupção aos níveis em que ela existe hoje? Quem foi que desesperançou milhões de brasileiros: Quem foi, senhores Deputados, que propiciou um regime econômico e social tão violento, que milhões de menores abandonados envergonham esta Nação?

No Estado do Paraná, o Governo José Richa é responsável para dar solução a esses problemas. Nós vamos encaminhar. Um metro de terra devoluta deste estado no fim do Governo de José Richa não existirá, porque toda a família que não tenha terra, como os senhores, tomará conta desta terra para

trabalhar. Mas pergunto eu, e a responsabilidade? Quem é o responsável por ter feito com que estes homens não mais suportassem a vida no interior e tivessem que fugir para as grandes cidades? Quem é o responsável por isso? Somos nós, do PMDB, que estamos há quatro meses no governo? Esta é a grande pergunta, senhores do PDS, que Vossas Excelências fugiram de responder. Esta é a grande indagação. Querem dizer que agora nós somos os responsáveis e esquecem que os causadores disso tudo foram os governos de Vossas Excelências, e não há como fugir disto.

Esta é a grande verdade cristalina, senhores, Tenham a hombridade, digo, humildade, de reconhecer isto, que do apoio político de Vossas Excelências, muitas vezes pela omissão e tantas outras pela ação, Vossas Excelências sustentaram e tentam sustentar um regime que o povo não vota para presidente, como é o caso agora das eleições indiretas.

E se não tivesse este regime, não teríamos este grande problema para resolver, mas vamos dar encaminhamento para resolver este problema.

E como o PMDB vai dar soluções a isso? Começa-se a discutir no Estado o "Plano de Ação" do Governo José Richa.

Amanhã o governador fará a apresentação do plano ao PMDB, e logo em seguida, todo o Estado do Paraná terá oportunidade de discutir este plano para que depois que toda a sociedade se manifeste, este plano venha à Assembléia Legislativa e, aqui, recebendo a crítica e a contribuição dos Srs. Deputados, possa ser aprovado.

Tem se criticado muito o governo, por não ter "plano". Isto é um sofisma sem precedentes. Ora, como pode alguém desenvolver uma ação, se não tem um plano? O governo José Richa escreve agora, detalha e esmiuça o seu plano de governo, mas na verdade, desde o primeiro dia, ele tinha um plano elaborado. Foi este plano que fez com que houvessem eleições nas escolas, foi esse plano com que se democratizasse o poder, foi este plano que se implantasse austeridade no Estado. Foi este plano que propiciou a economia que o Estado está fazendo, foi este plano de governo que começa uma campanha de esclarecimento da opinião pública e principalmente dos nossos agricultores, para que tratem com carinho a terra do Paraná, porque não adianta dar terra a esses homens e a essas mulheres, se formos obedecer a esse verdadeiro sacrifício que se tem feito à terra do Paraná, numa irresponsabilidade do governo, deixando que o mau uso da terra com agrotóxicos, inseticidas, pesticidas, tenha devastado praticamente a terra fértil do Paraná. Isto é um plano de ação de um governo que começa uma campanha, não uma campanha de propaganda promocional como os governos anteriores, mas uma campanha efetiva de educação da população, para que ela trate com carinho a terra. Porque queremos dar terra boa para o nosso agricultor.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está aqui no plano do Governo do PMDB, e tenho absoluta certeza será aprovado. No item — Agricultura e Abastecimento — diz o seguinte: "Promoção da colonização de terras devolutas do Estado, através de projetos integrados e desenvolvimento de projetos de reassentamento fundiário, propiciando aos pequenos produtores o serviço de assistência técnica, pesquisa, crédito, eletrificação entre outros, para minimizar o problema dos agricultores sem terra do Estado do Paraná.

Por sermos um governo democrático, temos que submeter este plano a ampla discussão. Tenho absoluta certeza que este plano será aprovado com a contribuição de todos os paranaenses, para que se dê a terra, mas não apenas a terra, para que se leve a eletrificação ao interior por preços condizentes, não pelos preços aviltantes, como tem sido feita a eletrificação até hoje.

Para que se tenha a humildade desta Nação de reconhecer que a potencialidade do Brasil está efetivamente na agricultura e que se deixe os projetos mirabolantes e as coisas suntuo-

sas que se quis criar — no tempo do Brasil gigante, no tempo de que ninguém segura esta Nação. Isso é induzir o agricultor, com 3, 4 alqueires de terra, comparemtrator e ali que se começou a desgraça, porque ele acabou se comprometendo no Banco e teve que vender sua propriedade.

A Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, sob nova orientação, desenvolve um projeto para que se dê ao pequeno agricultor uma tecnologia própria, nossa. E já se pesquisam implementos baseados na tração animal e já se procura desenvolver aqui no Paraná a criação da raça de cavalos bretões e de gado adequado para que se volte ao tempo do arado. Mas, um arado adequado ao tempo moderno, uma máquina mais efetiva para que o pequeno produtor rural, dentro das suas condições e dentro da adequação de sua região, possa efetivamente trabalhar a terra e não depender da exploração da multinacional — que não só vende o trator, mas que usa o petróleo e que acabou fazendo com que a Nação se endividasse. Para forçar uma modernização fictícia de uma tecnologia totalmente importada.

Com a eletrificação rural, com implementos de baixíssimo custo, não se dependendo do petróleo e das multinacionais, mas dos meios convencionais da agricultura brasileira, e com terras, esta Nação retomará o processo produtivo e sairá da recessão que está fincada. Não graças ao PMDB, mas por inteira responsabilidade do PDS e por incompetência dos homens que administram esta Nação.

O Sr. Ferrari Júnior — Concede-me um aparte, Deputado? (Assentimento) Deputado Nilso Sguarezi, a luta do homem para conquistar a terra é uma luta válida, é uma luta nossa também, é uma luta de Vossa Excelência, é uma luta antiga do PMDB.

Mas, em primeiro lugar, Deputado Nilso Sguarezi, para darnos a terra ao homem brasileiro, precisamos lutar, conquistar o poder de verdade, para retomar e devolver ao brasileiro o Brasil, devolver ao brasileiro a Pátria brasileira que está entregue nas mãos do Fundo Monetário Internacional, que está nas mãos das multinacionais e entregues pelo governo do PDS.

Precisamos, em primeiro lugar, retomar o que é nosso, retomar o nosso rincão, o nosso chão, e devolver ao brasileiro, e devolver a cada trabalhador da mão grossa para ele cuidar da terra, a terra que é sua.

Mas temos que tirá-la primeiro, Deputado Nilso Sguarezi, das mãos das multinacionais e das mãos do FMI, que hoje, lamentavelmente, manda neste País.

E concluo dizendo mais, Deputado: O Deputado Airton Cordeiro, há pouco tentado fazer com que o pensamento dos presentes fugisse da conquista do trabalhador que quer a terra, ele falava sobre contratações do seu governo, do Governo do PDS, do governo do finado Ney Braga.

Deputado Nilso Sguarezi, 18 mil funcionários contratados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem concedo a palavra ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência que mandasse expungir das notas taquigráficas “finado Ney Braga”, porque ele ainda vive no coração dos paranaenses e ainda vive para dar lição aos imorais que não sabem respeitar um homem digno como Ney Braga.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Ferrari Júnior — Mas como eu dizia, Deputado Nilso Sguarezi, na tentativa de se tentar defender o finado político Ney Braga, falava-se que 18 mil funcionários foram contratados, Deputado, está aqui. O Deputado Airton Cordeiro mostrou. No ano de 82, ano das eleições, contrataram 18 mil funcionários.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, mais uma vez, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Pela Ordem, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, mande o Deputado respeitar o homem público paranaense. “Finado” é quem morreu; não são os “coveiros” do atual governo.

O Sr. Ferrari Júnior — Sr. Presidente, gostaria de continuar com o aparte que me foi concedido pelo meu líder.

O SR. PRESIDENTE — A palavra continua com o Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Ferrari Júnior — E eu estava a dizer, eminentemente líder do PMDB, que em 1982, e eles vêm mostrar com documentos, trazem documentos para mostrar, está aqui, no ano de 82, ano de eleições, aquilo que o PMDB sempre condenou — 18 mil contratações no Governo de Ney Braga, 18 mil, no ano de 82. Aí os senhores diriam: em 83 poderiam também, Deputado Nilso, contratar 18 mil.

E eu diria não, não porque não era um ano político, veja bem.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela Ordem, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE** — Solicitando a menção do artigo infringido, concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Artigo 97, Sr. Presidente, para esclarecimento.

Os documentos em que se baseia o Deputado Ferrari Júnior, foram fornecidos a esta Casa pelo Governador José Richa. Ainda tenho dúvidas quanto a sua autenticidade. Esclareceremos futuramente.

O Sr. Ferrari Júnior — Os documentos trazidos pelo PDS...

O SR. AIRTON CORDEIRO — E foram passados às mãos de Vossa Excelência por este Deputado.

O Sr. Ferrari Júnior — Claro. E foi o que eu disse, Excelência.

Para concluir então, Deputado. Nos meses de janeiro, fevereiro e março, três meses de 83, que já não era mais época de eleição, contratou-se para arredondar, 800 funcionários. Então teríamos, nesta lógica, no ano, a contratação de 3.000 e poucos funcionários contratados de maneira normal.

Mas, no ano da eleição, contrataram dezoito mil funcionários. Desse jeito é que se consegue dar terra para o trabalhador suado, e que quer realmente ganhar o pão? Não, assim não. Mas haveremos, no Governo do PMDB, um governo sério haveremos de dar essa conquista ao povo brasileiro, repito, trazendo de volta, entregando de volta o Brasil nas mãos dos brasileiros porque isto foi tomado, isto foi roubado.

Muito obrigado, meu Líder.

O Sr. Fiori Luiz — Solicito um aparte ao ilustre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte e já concederei. Devo dizer que nos encheu de contentamento as expressões de que poderemos contar com o PDS para resolver o problema da terra no Paraná, embora nós, do PMDB, estejamos sempre com um pé atrás quando o PDS diz que vai resolver o problema do povo. Porque está aí o decreto na Câmara Federal, tentando ajudar o trabalhador brasileiro baixando o seu salário.

Ficamos com um pé atrás. Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Nilso Sguarezi, é incrível a coragem de certos homens do PDS. Eu digo coragem, sim, em defender o regime militar desse de 19 anos; defender a política econômica que escraviza e lança na miséria absoluta oitenta por cento da população nacional; defender o acordo do FMI que achatou ainda mais o salário dos trabalhadores; defender os corruptos e os vendilhões que negociaram a Pátria e o nosso povo.

Realmente é preciso ter muita coragem, é preciso ter muita coragem de pertencer ao mesmo Partido de Delfim Neto, de Galvêas, de Langoni, de Paulo Maluf, de Andreazza, de Figueiredo.

O PDS — ontem ARENA — teve 19 anos para mudar. O que é que fez? Vendeu a dignidade da Nação, entregou-se ao imperialismo norte-americano e hoje querem cobrar do Governador José Richa que está no Governo há quatro meses e meio. O Governo do PDS está desde 64. Quem é responsável pelos oitocentos mil bóias-frias do Paraná, pelos dois milhões e meio que fugiram daqui e que foram embora? É o Governador Richa ou os “Costas e Silva da vida”, os “Geisels da vida”, os “Figueiredos da vida”.

Se usamos uma linguagem agressiva e rude, nobre Líder do PMDB é porque essa é a linguagem do povo. O PDS mergulhou a nação num “abismo sem fim”, transformou o País continente de miséria, de fome, de mortalidade infantil, de desemprego, enquanto isso o Governo Federal do PDS, desavergonhadamente, entregou as calças, até as calças aos grupos estrangeiros. O Brasil é um “fundo de quintal”, dos americanos do Norte, e dos banqueiros americanos e europeus, é uma “colônia” dos americanos que escravizam o povo brasileiro, que levam as nossas riquezas e semeiam a miséria nos campos e nas cidades. Mas o povo brasileiro começa a se organizar de forma pacífica e ordeira e dará a resposta brevemente, ou o Governo do PDS passa a olhar com carinho para esse povo brasileiro ou nós nos envolveremos brevemente numa guerra civil neste País que convenhamos a ninguém interessa.

O Sr. Paulo Furiatti — Concede-me um aparte, nobre Deputado Nilso Sguarezi?

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência encontra-se inscrito.

Realmente é uma grande ironia, nós, Assembléia debatendo o assunto de dar terra ao homem que quer trabalhar. Essa “ironia” de um País da extensão territorial do Brasil. Quando existe um Ministério de Assuntos Fundiários, quando existe um Instituto Nacional de Reforma Agrária que arrecada fábulas de dinheiro nesta Nação para tratar especificamente deste problema, e a incompetência e a incapacidade destes homens são tão grandes que eles não só não conseguem dar terra ao nosso trabalhador que tinha terra e foi desalojado, mas que a corrupção é tão grande deste Governo que começam a tomar a terra mais sagrada que tem nesta Nação, que é a terra dos nossos índios. Porque é esse Governo corrupto da FUNAI, cuja corrupção não tem limites, propicia a grandes grupos estrangeiros tomarem a terra do nosso indígena, do verdadeiro senhor desta terra, que é o índio.

Esta é a triste realidade da Nação, e a ironia que estes homens que sustentam politicamente este Governo, tenham a desfaçatez de dizer que a responsabilidade para conseguir terras é dos homens do PMDB. Esta é a triste realidade dos homens que se perderam no tempo e no espaço, que brincam, que menosprezam o sentimento e a dor do povo brasileiro. E é por esta insensibilidade dos “donos da Bastilha” que nós estamos realmente à beira de uma conflagração nesta Nação, porque este povo humilde, sofrido e espezinhado que não tem trabalho e não tem terra para trabalhar está dando uma lição de civilidade nestes homens do Governo que vivem em gabinetes luxuosos, deste INCRA que tem aviões a jato, como aconteceu em Coronel Vivida, que vieram com cinco aviões a jato e uma comitiva de quarenta pessoas para entregar trinta e dois títulos de terras.

É este povo sofrido e humilde. É este brasileiro realmente que dá uma lição de organização, de civilidade, porque começa a se organizar, civilizadamente, para pleitear os seus direitos. Por isto acredito na vitória da causa democrática, porque ela parte da organização do nosso povo, da coerência e do sentimento de civilidade dele. E fruto de sua organização, é que o

PMDB representando o povo, não a espada, não o fuzil, não a baioneta, vai imperar e mandar nesta Nação, para conquistar realmente a sua independência.

O Sr. Paulo Furiatti — Permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Líder do PMDB, gostaria de restabelecer aqui alguns pontos, porque o Deputado Airton Cordeiro, ocupando a tribuna desta Casa sofismou e usou da sua retórica demagógica, tentando nos fazer crer que os problemas básicos da estrutura fundiária deste País estariam única e exclusivamente na responsabilidade do Governo do PMDB.

O PMDB, naquilo que a pequena autonomia que o Estado do Paraná tem, fará para resolver o problema dos sem terras. Mas todos sabemos que terra, neste País, é de competência única e exclusiva do Governo Federal. É de competência do Ministério Especial para Assuntos Fundiários, comandado pelo General Danilo Venturini, também Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional. Se o Deputado Airton Cordeiro não sabe, que existe uma Legislação neste País, sob forma de um Estatuto da Terra, de 1964, que estabelece que toda e qualquer atuação no campo fundiário neste País necessita da assinatura do Presidente da República. Se o Deputado Airton Cordeiro não sabe, leia o Estatuto da Terra que está escrito lá: o Governo da União retirará quatro por cento de todo o Orçamento da União, para estabelecer um fundo de desapropriações de forma que, anualmente, as desapropriações dos latifúndios improdutivos serão feitas, e lá assentados os trabalhadores sem terras.

Onde estão, Deputado Airton Cordeiro, os quatro por cento destes últimos dezenove anos da vida pública brasileira, para este fundo de desapropriações? Não está porque não fizeram.

Onde está, Deputado Airton Cordeiro, a ação integrada do INCRA para acionar os latifúndios improdutivos que grassam neste Estado do Paraná?

Mas Vossa Excelência vem à tribuna e diz que o PDS está disposto a ajudar. O PMDB fará a sua parte e sugiro a Vossa Excelência que, através da bancada do PDS do Paraná, faça a sua. E tenham uma sugestão concreta.

O grande problema para que possamos assentar estes homens que aqui estão, é a desapropriação do latifúndio improdutivo que é de competência do Governo Federal. Portanto, nobre Deputado Airton Cordeiro, já que Vossa Excelência disse que o PMDB está a favor dos homens e das mulheres sem terras, sugiro que Vossa Excelência retire um documento, assinado pela Bancada do PMDB, pelos membros do PDS deste Estado, sugerindo ao Governo Federal duas coisas. A primeira, desapropriação imediata dos latifúndios improdutivos do Estado do Paraná. Segunda pagamento destes latifúndios improdutivos, conforme reza o Estatuto da Terra, com títulos da dívida agrária.

Ouso garantir que se Vossa Excelência, através do Poder do Governo Federal, conseguir a desapropriação dos latifúndios improdutivos com o pagamento de dívida de títulos agrários, através do Estatuto da Terra, ousou afirmar que nenhum homem e nenhuma mulher que aqui está ficará sem o seu pedaço de terra, e sem sua assistência.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Roberto Requião — Permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Antes de conceder o aparte ao Deputado Roberto Requião, quero dizer em nome da Liderança do Governo, nesta Casa, tenham os Srs. a certeza de que toda a terra devoluta, sem existir no Estado do Paraná. E toda terra de propriedade do Governo do Estado que não esteja sendo usada, por determinação do Governo do Estado, o ITC e a Secretaria da Agricultura, já estão procedendo o cadastramento e o levantamento desta terra, para tratar de proje-

to, como diz, o nosso Plano de Ação, projeto de reassentamento de famílias paranaenses, sem terras.

Isto nós afirmamos e nos comprometemos, cumprir. Mas, como bem disse o Deputado Paulo Furiatti, existe alguém que arrecada todo o dia imposto nesta terra, que é o INCRA, para exatamente propiciar a reforma agrária. E não são os senhores apenas aqui no Paraná que estão sem terras, milhares de brasileiros tiveram que ir ao Paraguai, porque este Governo não se contentou de tocar os senhores do interior para a cidade; mas fez mais: fez com que brasileiros tivessem que deixar esta Nação riquíssima, para tentarem vida melhor noutra nação. Numa nação mais atrasada, que o Brasil, que é o Paraguai. Esta é a ironia de um Brasil pujante e rico, mas desesperançoso, porque tem um Governo incompetente.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, queira Vossa Excelência ser rápido, para propiciar o aparte ao Deputado Roberto Requião.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Pois não. A falsidade, nobre Deputado, de um malabarismo das palavras dos Deputados do PDS se equivalem em gênero e número, a falsidade, ao malabarismo mentiroso do Governo da República, quando enterra o trabalhador brasileiro, nas dificuldades econômicas porque atravessa.

E gostaria, de lembrar neste momento, ilustre Deputado, de que neste País se fez um movimento golpista, principalmente para impedir o debate livre e democrático, das camadas e da sociedade que já começava a se organizar, antes de 64, para discutir reforma tributária, reforma administrativa, reforma educacional e principalmente a reforma agrária, quando o Governador João Goulart já pretendia então distribuir a terra, ao homem que nela trabalha; estes homens do PDS fizeram um movimento golpista para tirar a terra do lavrador, do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa informa ao Deputado que ocupa a tribuna, que está encerrado o seu horário e concede um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado, Sr. Presidente. Continua com a palavra o Deputado apartante.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Concluo. Então, os Deputados do PDS, o sustentáculo político, de toda esta falsidade implantada no Brasil, de todo este caos econômico vivido pelo povo brasileiro, esta Nação empobrecida e endividada, envergonhada e humilhada internacionalmente, é a palavra de falsidade dos Deputados do PDS a sustentar uma política econômica madrastra e perversa, que só se lembra do trabalhador para prejudicá-lo, para lhe tirar direitos, para lhe tirar salários, para lhe tirar pão, para lhe tirar a casa, quando hoje, numa multiplicação desonesta e maldosa aumenta as prestações do Banco Nacional de Habitação, em cento e trinta e dois por cento. As mentiras e as falsidades dos homens da ARENA de então e do PDS de então, ilustre Deputado, só se equivalem realmente em grandeza, as grandezas das dificuldades porque passa toda a sociedade trabalhadora deste País, em detrimento das grandes e maravilhosas mordomias porque passam os homens do trio maldito da economia brasileira: Galvêas, Langoni e Delfim Netto.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Depu-

tado Márcio Almeida, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão das Enchentes. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Proposição de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, com apoio de mais de 27 Srs. Deputados, propondo antecipação para a noite de quinta-feira das sessões ordinárias que deveriam ocorrer às sextas-feiras pela manhã. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre a adoção do Livro Didático nas Escolas Públicas do Estado, e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. — Em discussão.

Em votação a emenda substitutiva. — Aprovada.

O SR. LUIZ ALBERTO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e solicita a Senhora Primeira Secretária que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada 31 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares para verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda substitutiva ao Projeto de Lei n.º 13/83, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Trinta e um senhores Deputados aprovam, nenhum rejeita. Está aprovada a emenda.

Em votação o Projeto de Lei n.º 13/83. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública a instituição beneficente denominada "COLMÉIA MENINA DE MARINGÁ". Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Mensagem Governamental n.º 64/83, que trata da autorização governamental para ceder imóvel à U.P.E. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, visando a realização de concurso público para ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério Estadual, a nível de primeiro e segundo graus. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Spenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que o mesmo determine à FUNDEPAR o repasse de recursos para reparos e melhorias nas instalações da Escola "Genoveva de Brito",

localizada no Jardim Santos Dumont, Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de proceder estudos visando a transferência da Delegacia Regional de Polícia, para local mais central, no Município de São José dos Pinhais, bem como outras providências complementares. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à SUREHMA, no sentido de verificar o grau de poluição dos córregos situados no Jardim Santos Dumont, no Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a implantação de uma ronda noturna no Jardim Santos Dumont, e bairros circunvizinhos, no Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, para que o mesmo determine à COPEL, no sentido de proceder revisão técnica na rede de iluminação pública e domiciliar no Jardim Santos Dumont, Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de estrada perimetral, interligando a PR-457 e estrada Marisa (PR-546), que liga os Municípios de São Pedro do Ivaí e Itambé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que as concessionárias dos serviços públicos estaduais dispensem o pagamento de taxas ou tarifas pelo fornecimento de água e energia elétrica às entidades que atendem o menor abandonado e a velhice desvalida. — Em discussão.

O SR. NILSO SQUAREZI — Pela ordem, para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, visando a criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento para nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, e subscrito por mais 22 Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o arquivamento da CPI da Saúde e que os documentos requerimentos pela mesma à Secretaria da Saúde, sejam remetidos ao Presidente da CPI da Corrupção. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Agente da Comissão de Financiamento da Produção, em Curitiba, no sentido de vender três mil sacas de feijão à Cafe do Paraná, Departamento de Umuarama. — Em discussão.

O SR. NILSO SQUAREZI — Pela ordem, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regi-

mento Interno.

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, visando a instalação da habilitação em Magistério, na Escola Benedito João Cordeiro, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a aquisição de uma viatura e um terminal telefônico para a sub-delegacia de Polícia do Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de manifestação ao Sr. Presidente da República, do mais irrestrito apoio à moção apresentada pelo Sr. ex-Governador do Estado, propugnando pela transformação da região que cerca o lago de Itaipu, tanto do lado brasileiro como paraguaio num Centro Latino-Americano de Pesquisas. — Em discussão.

O SR. NILSO SUGAREZI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Merece apoio desta Casa esta Proposição, porque nós entendemos efetivamente de que a construção da Usina de Itaipu, não foi procedida da discussão necessária à uma obra dessa envergadura, e o Paraná teve que acatar isso como mais um dos fatos consumados desta República.

A proposição da transformação desta área num Centro Tecnológico, talvez seja uma das possibilidades de recuperar, aquele pacote que o Paraná teve que engolir, sem nossa discussão e nossa participação, e por isso nós aprovamos esta mensagem porque ela tem o condão e a possibilidade de recuperar ao Estado do Paraná, aquilo que não teve a possibilidade anterior, de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação.

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 45 e 58/83. Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1983

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores Deputados Amélia Hruschka e Odeni Mongruel.

Às dezessete e trinta horas é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagnão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Cafo Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Guillin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco,

Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57); achando-se em licença o senhor Deputado Ervin Bonkoski (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não, havendo ata da sessão anterior a ser lida, nem expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/83, (Mensagem n.º 46/83, ex-Proposição n.º 43/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, em 07 de março de 1983, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Nordeste do Paraná - PRONOROESTE. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/83, (Mensagem n.º 58/83, ex-Proposição n.º 59/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 20/83, celebrado em 11/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Nova Cantu, objetivando construção do Terminal Rodoviário do referido município. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 318/83

autorizar SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIA, funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Departamento Administrativo, no período compreendido entre 1.º de junho a 31 de dezembro de 1983, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 210/83.

(Protoc. 4939/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 319/83

revogar o Decreto Legislativo n.º 272/83, de 11 de maio de 1983, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, o funcionário ATTÍLIO PEREIRA DE LIMA, matrícula n.º 478, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 5960/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 320/83

revogar o Decreto Legislativo n.º 480/79, que designou para exercer

as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do Governo, o funcionário JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula n.º 394, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 5435/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 321/83

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 243/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Comunicação, do Departamento de Divulgação Legislativa, a funcionária Maria Hercília Câmara Conter, matrícula n.º 426, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — designar OPHIR FABELINO DE SOUZA, matrícula n.º 483, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Comunicação, do Departamento de Divulgação Legislativa, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 13 de junho de 1983.

(Protoc. 5558/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/07/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 322/83

I — exonerar ANDIARA FREITAS GOMES, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ferrari Júnior, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo n.º 175/83, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — prover NORBERTO LÚCIO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ferrari Júnior; e,

III — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 6483/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18/07/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 323/83

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, até 28 de fevereiro de 1985, o funcionário JOEL DA SILVA NATAL, matrícula n.º 341, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, respeitando-se o Decreto Legislativo n.º 83/81.

(Protoc. 5022/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/07/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 324/83

conceder à funcionária FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO, matrícula n.º 198, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, nos termos do Art. 247, parágrafo único, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1977 e 07 de setembro de 1980, antecipado em razão da incorporação referente ao seu 3.º quinquênio e das férias de 1968, 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. 5995/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22/07/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 327/83

I — exonerar, a pedido, do cargo em Comissão Símbolo DAS-4, de Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria, o funcionário JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula nº 509, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. 6994/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 328/83

prover ALFREDO MARON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo. (Protoc. 6993/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 329/83

conceder ao funcionário EDGAR TÁVORA JÚNIOR, matrícula nº 139, ocupante do cargo de Assessor Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Aconselhamento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 247, parágrafo único, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4º quinquênio, compreendido entre 28 de fevereiro de 1978 e 28 de fevereiro de 1983. (Protoc. 5791/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02/08/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,
R E S O L V E :

PORTARIA Nº 506/83

revogar a Portaria nº 125/83, na parte que se refere ao funcionário ORLANDO SABOTTO, matrícula nº 591, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que mandou contar em favor do mesmo as férias correspondente ao ano de 1981 e 1982, para declarar que as mencionadas férias referem-se ao exercício de 1982 e não como consta naquele ato.

PORTARIA nº 507/83

designar SANTIAGO LOSSO, funcionário da Secretaria de Educação, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Ezequias Losso, até 31 de dezembro de 1984. (Protoc. 6845/83)

PORTARIA Nº 508/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário ERNESTO PERACETTA, matrícula nº 548, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 6762/83)

PORTARIA Nº 509/83

conceder à funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula nº 472, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 22 de julho de 1983. (Protoc. 6832/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de agosto de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 510/83

designar MAEVE CANABRAVA BARBALHO, funcionária contratada deste Poder, como Calígrafo, para prestar serviços junto ao Cerimonial e Relações Públicas, a partir de 1.º de agosto de 1983. (Protoc. 6956/83)

PORTARIA Nº 511/83

designar ROSELI VONSOVSKI ANIZELI, funcionária contratada pela Resolução nº 71/80, como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Rubens Bueno, a partir de 02 de agosto de 1983. (Protoc. 6886/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

Atos das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Djalma de Almeida Cesar, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Irondi Pugliesi, Sérgio Spada, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Ezequias Losso, Ivan Gubert, Ervin Bonkoski, Caíto Quintana, Gilberto Carvalho, Tadeu Lúcio Machado, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro e Amélia Hruschka. A reunião contou, ainda com a presença de representantes da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, os senhores: Joaquim Viana Pereira Filho, presidente; João Teixeira Nogueira, Sérgio Chaves Silveira da Mota e Júlio Cesar Giovanetti. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra aos convidados, para que discorressem sobre o conteúdo do Projeto de Lei nº 32/83, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi. Falaram pela ordem, o senhor Paulo Cesar Giovanetti, o doutor Sérgio Chaves Silveira da Mota e por último, o senhor Joaquim Viana Pereira Filho, conforme notas taquigráficas. Após, o senhor Presidente solicitou intervalo de três (03) minutos, para as despedidas dos convidados. A seguir, o senhor Deputado Gilberto Carvalho, sugeriu para que no mês de agosto, fosse ouvido o senhor Corregedor Geral da Justiça, sendo aprovado pelos demais Deputados presentes. O senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado sugeriu, que os trabalhos fossem encerrados, ficando aprovado. O Senhor Deputado Augusto Carneiro, esclareceu que tem em mãos matéria em Regime de Urgência, tratando-se do Protocolado nº 4.795/83, o que foi aprovado para ser relatado na primeira reunião do mês de agosto. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, oportunidade em que agradeceu a cooperação de todos na condução dos trabalhos do semestre. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Djalma de Almeida Cesar, pelos senhores Deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, secretária.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR -

Presidente

Lúcia Maria da Veiga Segall -

Secretária